

Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil

Marieta Moraes Ferreira *

I. INTRODUÇÃO

COMO É SABIDO, A HISTÓRIA ORAL, DESDE SEU SURGIMENTO NOS ANOS 50, desenvolveu-se de forma significativa nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. A realização de encontros internacionais sempre sediados na Europa e nos Estados Unidos, e a pequena participação de pesquisadores da Ásia, da África e da América Latina nesses encontros apenas confirmam o que acabo de dizer.

Como é sabido, também, a história oral enraizou-se, nesses países, não apenas no meio acadêmico, mas principalmente no seio dos movimentos sociais. Seu compromisso inicial, como já se assinalou tantas vezes, foi o de “dar voz aos excluídos e marginalizados”. Ora, os chamados países em desenvolvimento caracterizam-se exatamente pela exclusão das suas grandes massas trabalhadoras. Seriam um campo privilegiado para o desenvolvimento dessa história oral dos excluídos, mas a afirmação da história oral foi aí mais tardia, resultado de um processo lento e descontínuo.

O que explica essas dificuldades de expansão da história oral em países que potencialmente dispunham de condições propícias ao seu desenvolvimento? Vamos tentar responder a esta pergunta tomando como referência o caso do Brasil.

As primeiras experiências sistemáticas no campo da história oral no Brasil datam de 1975, a partir de cursos fornecidos por especialistas norte-americanos e mexicanos patrocinados pela Fundação Ford. Esses cursos foram ministrados na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e voltavam-se para

* Professora do Departamento de História da UFRJ e Pesquisadora do CPDOC-FGV-RJ.

um público de professores e pesquisadores de história e ciências sociais oriundos de diferentes instituições. Pretendia-se difundir o uso da metodologia de maneira a implantar programas de história oral em diferentes universidades e centros de pesquisa por todo o país, privilegiando a investigação de temas de interesse local. Pretendia-se também estabelecer canais regulares de intercâmbio entre esses pesquisadores através da criação de uma associação de história oral.

Um balanço dos resultados dessas iniciativas pioneiras, passados quase vinte anos, revela um saldo positivo, mas muito aquém das pretensões expressadas naquela época.

É verdade que a prática da história oral pouco a pouco ganhou novos adeptos, mas de forma precária e desorganizada. A desejada montagem de uma rede de programas de história oral nas diferentes instituições e estados, e o intercâmbio regular entre os pesquisadores da área através da criação de uma associação não se concretizaram. De toda forma, nos anos 80, especialmente no período da abertura política (ou seja, quando, após vinte anos de dominação, o regime militar instaurado em 1964 começou a sair de cena), um número crescente de programas foi criado, em universidades ou em diferentes instituições voltadas para a preservação da memória. Igualmente, o número de pesquisadores que usavam a metodologia da história oral na elaboração de suas teses de mestrado e doutorado foi se tornando expressivo, embora seja difícil fazer uma avaliação dos resultados obtidos nesses trabalhos, pois não eram trabalhos que lidassem exclusivamente com fontes orais.

O desempenho dos programas institucionais mostrou-se ainda assim bastante irregular. Se alguns conseguiram se firmar, construindo acervos importantes e produzindo pesquisas significativas, muitos não passaram de um amontoado de fitas guardadas de forma desorganizada num depósito qualquer, sem um projeto de pesquisa que lhes servisse de espinha dorsal. Também foi problemática a admissão da história oral no campo acadêmico, onde se percebiam resistências ou indiferenças. Na área de história podia-se notar uma resistência forte, enquanto antropólogos e sociólogos demonstravam uma certa indiferença, já que a pesquisa com depoimentos orais era uma experiência antiga em seus respectivos campos disciplinares.

Até o começo dos anos 90, portanto, tinha-se o seguinte quadro no Brasil: a história oral não merecia figurar nos currículos dos cursos universitários, implicava pouca reflexão e não constava das programações de seminários e simpósios.

Creio que várias ordens de fatores podem explicar essas dificuldades para a legitimação da história oral no Brasil: de um lado, questões de ordem política e econômica, e de outro, as características da própria concepção de história dominante nos meios acadêmicos brasileiros.

Para iniciar poderíamos dizer que a vigência de um regime ditatorial militar durante mais de duas décadas funcionou como um forte elemento de inibição para a abertura e consolidação de programas de entrevistas. O temor de dar depoimentos, especialmente quando se tratava de opositores do regime, era um obstáculo concreto e central.

Um segundo aspecto a ser considerado é que a história dominante nas últimas décadas - como também já foi fartamente assinalado, pois este não é um fenômeno apenas brasileiro - tinha como referência o paradigma estruturalista. Ou seja, sustentava que o importante era identificar as estruturas que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandavam os mecanismos econômicos, organizavam as relações sociais, engendravam as formas de discurso.

Esta maneira de fazer história, ao valorizar o estudo dos processos de longa duração, atribuía às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. Em contrapartida, ao desvalorizar a análise do papel do indivíduo, da conjuntura, dos aspectos culturais e políticos, desqualificava o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias. Condenava a sua subjetividade, levantava dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentavam, enfatizava a dificuldade de se obter relatos fidedignos. Alegava-se que os depoimentos pessoais não podiam ser considerados representativos de uma época ou de um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações. Não é preciso dizer que estavam excluídas as possibilidades de incorporação das fontes orais ao campo de investigação do historiador.

Este modelo de história estabelecia ainda uma desconfiança em relação ao estudo dos períodos recentes, definido por alguns historiadores como a *história do tempo presente*. A história do tempo presente tem forçosamente de lidar com testemunhas vivas, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem por terem presenciado o desenrolar dos fatos. Mas o que se sustentava era a necessidade do distanciamento temporal do pesquisador frente ao seu objeto, através daquilo que os historiadores costumam chamar de *visão retrospectiva*. Debruçando-se apenas sobre processos históricos cujo desfecho já se conhecia, a história criava limitações para o trabalho com a proximidade temporal, por temer que a objetividade da pesquisa pudesse ficar comprometida.

Esta forma de conceber a história era também dominante entre as universidades e os pesquisadores brasileiros, e isto evidentemente criava resistências profundas à aceitação do uso das fontes orais e, mais ainda, ao desenvolvimento da metodologia da história oral. Trabalhar com história oral significava enfrentar todo tipo de críticas e questionamentos, especialmente se o tema estudado se relacionasse com classes dominantes ou elites políticas.

No início dos anos 90 este quadro sofreu transformações profundas que possibilitaram um verdadeiro *boom* da história oral. Este *boom* pode ser explicado a partir de mudanças no próprio campo da história, com o rompimento do paradigma estruturalista, mas também a partir de transformações mais gerais na sociedade brasileira.

O que aconteceu no campo da pesquisa histórica? Em linhas gerais, revalorizou-se a análise qualitativa, resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso, o estudo do político experimentou um renascimento, e finalmente foi aceito o estudo do contemporâneo.

O aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a idéia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Nesse movimento, foi extremamente significativa a expansão dos debates acerca da memória e de suas relações com a história. Essas discussões estimularam o abandono de uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, e levaram ao reconhecimento de que os atores constroem sua própria identidade. Demonstraram também de forma inequívoca que o passado é construído segundo as necessidades do presente, e que portanto se pode fazer usos políticos do passado.

Estas novas perspectivas evidentemente alargaram os horizontes da história oral: estavam neutralizadas as críticas tradicionais, já que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputadas podiam ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional de significados para o pesquisador.

Estas transformações ocorridas no campo da pesquisa histórica (em especial na França) provocaram um grande dinamismo que se traduziu numa grande vitalidade do movimento editorial, numa renovação dos cursos de pós-graduação, num aumento expressivo do número de pesquisadores e professores, e num interesse crescente da sociedade em geral pelos temas históricos. No caso brasileiro, estas alterações tiveram reflexos importantes no perfil dos cursos de história, que ampliaram suas linhas de pesquisa, incorporaram de forma definitiva o estudo do tempo presente, e abriram espaço para a história oral.

É preciso não esquecer também que a sociedade brasileira nos anos 90 reforçou sua prática democrática. Já iam longe os anos em que se considerava arriscado falar, passara a época em que toda modalidade de história que não a das estruturas econômicas era vista com maus olhos. As curiosidades se ampliaram, e aflorou o interesse da sociedade pela recuperação da memória coletiva e individual.

II. TENDÊNCIAS DA HISTÓRIA ORAL

Nesse movimento de expansão da história oral no Brasil nos anos 90 pode-se detectar desde já três grandes linhas de trabalho: a história oral feita na academia, a história oral comunitária e história oral empresarial. Nossa proposta é mapear essas três tendências, apontando os desafios e dilemas que caracterizam cada uma delas.

1. A HISTÓRIA ORAL FEITA NA ACADEMIA: QUEM FAZ E PARA QUEM FAZ?

Como já foi exposto aqui, a introdução da história oral no Brasil ocorreu essencialmente através dos meios acadêmicos, dos centros de pesquisa e das universidades. Os programas de história oral implantados a partir dos anos 70 procuraram formar acervos de depoimentos orais de diferentes grupos da sociedade brasileira, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a vida política do país e apontar os entraves que impediam o acesso da grande maioria da população aos benefícios da cidadania.

Paralelamente aos programas institucionais, a história oral difundiu-se também entre pesquisadores individuais que preparavam teses de mestrado e doutorado. Jovens pesquisadores autônomos passaram a utilizar entrevistas de história oral em suas pesquisas de ciências sociais ou de história, explorando temáticas como classe trabalhadora, minorias e grupos discriminados (como negros e mulheres), fábricas, bairros etc..

O *boom* da história oral nos anos 90, a que nos referimos há pouco, traduziu-se não só na incorporação, pelos programas de pós-graduação em história, de cursos voltados para a discussão da história oral, mas pela multiplicação de seminários. Por outro lado, o estabelecimento e o aprofundamento de contatos com pesquisadores estrangeiros e com programas de reconhecido mérito internacional, propiciados por esses encontros, criaram canais importantes para o debate e a troca de experiências.

Por iniciativa de instituições acadêmicas e da Associação Brasileira de História Oral, realizaram-se no Brasil, nos últimos anos, três grandes encontros: o II Encontro Nacional de História Oral (Rio de Janeiro, 1994), o I Encontro Regional da Região Sul-Sudeste (São Paulo/Londrina, 1995) e o III Encontro Nacional (Campinas, 1996).

A primeira reunião, para a qual foi feita uma convocação ampla - o que exigiu um trabalho árduo em face da desarticulação daqueles que trabalhavam com história oral no país -, contou com a participação de 250 pesquisadores, dos quais 60 apresentaram *papers*. Pôde-se constatar uma forte presença da comunidade acadêmica nos projetos de história oral em andamento no país, sendo pou-

co expressiva a participação de grupos sindicais, associações de moradores, empresas ou mesmo arquivistas. Entre aqueles que apresentaram trabalhos, os doutores predominaram amplamente, sendo inexpressiva a presença de estudantes da pós-graduação ou da graduação. No que diz respeito à formação, diversamente do que se observava na década de 1980, quando os pesquisadores que trabalhavam com história oral eram majoritariamente cientistas sociais, verificou-se uma maioria de historiadores. Em relação ao conteúdo temático dos trabalhos apresentados, não foi registrado um número significativo de estudos voltados para as camadas populares. Observou-se, na verdade, uma abertura de espaço para temas ainda pouco explorados, como movimentos intelectuais, burocratas, militares e instituições.

No I Encontro Regional da Região Sul-Sudeste, observou-se mais uma vez a predominância do meio acadêmico e, dentro dele, dos historiadores. Do ponto de vista do conteúdo dos trabalhos, pôde-se perceber um maior interesse por questões metodológicas e por temas ligados à cultura popular.

No conjunto de trabalhos apresentados no III Encontro Nacional, detecta-se ainda uma vez uma maior participação de historiadores ligados à academia. É importante ressaltar, entretanto, a entrada em cena de pesquisadores vinculados a órgãos da administração pública e entidades de classe, além de arquivistas. Nota-se ainda um aumento da participação de estudantes de pós-graduação e mesmo de graduação, o que representa uma mudança em relação ao encontro do Rio de Janeiro, dominado por doutores. Diferentemente, também, do encontro de 1994, é consideravelmente maior o número de estudos voltados para as camadas populares.

Nessa área, dois temas importantes têm sido objeto de preocupação de muitos historiadores orais brasileiros: os meninos de rua e o movimento dos trabalhadores sem-terra. A estrutura fundiária brasileira, caracterizada pela concentração de grandes extensões de terras nas mãos de uma minoria, gera um quadro de injustiças que tem produzido uma forte tensão social no campo e alimentado o movimento dos trabalhadores sem-terra. O problema dos meninos de rua também é um tema explosivo no Brasil e tem mobilizado setores importantes da sociedade na busca de soluções definitivas.

Resumindo, portanto, constata-se que, no Brasil, a história oral é praticada majoritariamente no âmbito da academia. Isto não quer dizer que outros tipos de experiências não possam existir, ou que praticantes da história oral desvinculados de centros acadêmicos não possam conviver com seus colegas universitários. Isto tampouco quer dizer que os trabalhos acadêmicos de história oral já realizados ou em curso no Brasil sejam desconectados das demandas sociais e alheios aos graves problemas que a sociedade brasileira enfrenta na atualidade.

2. HISTÓRIA ORAL E PROJETOS COMUNITÁRIOS

O que explicaria o ritmo lento de crescimento dos projetos comunitários de história oral no Brasil? Primeiramente, é importante esclarecer que o Brasil é um país com uma fraca tradição associativista. Inúmeros autores têm-se dedicado a explicar este aspecto da sociedade brasileira associando-o a tradições culturais ibéricas, ao nosso passado escravista, agravado pela vigência de regimes autoritários. Esses traços estruturais, associados a uma forte crise econômica e a mudanças de modelo de desenvolvimento, têm contribuído para o aprofundamento da desigualdade social e inibido a consolidação de associações comunitárias.

A despeito desses graves problemas, alguns projetos comunitários de história oral puderam desenvolver-se no país a partir dos anos 80. Foram projetos que abarcaram temas diversificados, como memórias de bairros, da militância política de trabalhadores sindicalizados de São Paulo, de operários aposentados e de processos de trabalho em fábricas.

Inaugurados numa conjuntura de abertura política, quando o país retornava lentamente à vida democrática, esses projetos de história oral foram implantados com o patrocínio das associações de moradores, que surgiam naquela época, ou com o apoio das prefeituras municipais. Um exemplo é o *Projeto de História Oral do Bairro de Casa Amarela*, em Recife, que resultou dos esforços de uma federação de associações de moradores e posteriormente passou a constituir um modelo para projetos semelhantes.

Muitas vezes, as prefeituras municipais não apenas deram apoio a projetos realizados por associações de moradores, mas criaram seus próprios projetos. Foi o caso da prefeitura de São Paulo durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, que implantou projetos de memórias de fábricas, de aposentados e de bairros. Projetos semelhantes também foram empreendidos por sindicatos de trabalhadores interessados em preservar sua memória, como foi o caso do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro.

A despeito dos esforços efetuados para levar adiante esses projetos comunitários, uma questão crucial não pode ser esquecida: a da falta de apoio para garantir a continuidade deste tipo de trabalho. A realização de projetos de história oral no Brasil é uma atividade cara, considerando-se o nível de renda médio de população. A compra de gravadores e fitas, a transcrição, o arquivamento e a preservação do material requerem recursos significativos de que as associações comunitárias dificilmente dispõem. Assim, quase sempre, a manutenção desses projetos fica condicionada à obtenção de apoio de órgãos do governo, e as mudanças políticas, trazidas a cada eleição, muitas vezes interrompem experiências em andamento.

A escassez de recursos e conseqüente instabilidade criam por sua vez outros problemas, dificultando o estabelecimento de contatos regulares entre os grupos ou instituições, de maneira a divulgar as realizações. Alguns desses projetos realizados por prefeituras de pequenos municípios do interior brasileiro não chegam a ser conhecidos de um público mais amplo, e até mesmo a Associação Brasileira de História Oral tem dificuldade em atingi-los.

Existem ainda os projetos desenvolvidos por instituições mais estáveis, como museus e arquivos. Nessa linha merecem destaque os Museus da Imagem e do Som, de São Paulo e do Rio de Janeiro, o Instituto Marc Chagal e o Arquivo Histórico Judaico Brasileiro. Mesmo essas instituições sofrem constantemente mudanças administrativas e cortes de recursos que levam à interrupção de projetos importantes.

Mesmo enfrentando essa série de dificuldades, os anos 90 têm aberto algumas novas possibilidades de trabalho. Existem projetos de história oral sendo desenvolvidos por escolas secundárias e por associações de deficientes ou portadores de determinadas enfermidades.

Um exemplo do primeiro caso é a criação do Núcleo de História Oral do Colégio São Vicente de Paula, escola secundária do Rio de Janeiro, que tem como objetivo o combate ao uso de drogas. Este programa é filiado à Associação Brasileira de História Oral, e ainda que tenha sido criado recentemente tem demonstrado grande vitalidade e exercido uma intervenção social importante.

Da mesma forma, um grupo de deficientes (Grupo de Apoio à Mielomeningocele) do Rio de Janeiro iniciou um projeto de registro de relatos das experiências de seus membros, seus familiares e médicos, visando a constituir um banco de dados que permita a troca de informações e experiências.

Ainda que estes sejam projetos embrionários, acreditamos que poderão constituir experiências bem-sucedidas.

3. HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE *MARKETING*

Uma terceira tendência da história oral no Brasil hoje é o desenvolvimento de projetos solicitados por empresas que desejam registrar sua trajetória a partir de depoimentos orais. Estes projetos em geral se realizam em datas comemorativas. Nos últimos anos esta área da história oral cresceu de maneira intensa, colocando novas questões para a reflexão.

Esta modalidade de trabalho se caracteriza pela relação que se estabelece entre os participantes do projeto, que é objeto de um *contrato*: de um lado está o contratante, ou seja, o cliente, que irá pagar por um produto – livro de depoimentos ou vídeo – destinado a divulgar o papel de sua empresa no mercado, e de ou-

tro está o pesquisador contratado, que irá realizar o trabalho e receber pelos serviços prestados. Este pesquisador pode ser um pesquisador individual, pode trabalhar para uma empresa de publicidade, de divulgação, de promoções etc., que entre outras atividades “faz” história oral, ou ainda estar ligado a um centro de pesquisa de perfil acadêmico. Em geral as empresas interessadas em encomendar projetos de história oral preferem contratar os serviços de instituições ou pesquisadores com vinculações acadêmicas, pretendendo com isso que o produto final ganhe maior legitimidade.

O que explica esse interesse das empresas em patrocinar iniciativas com fins de propaganda com forte apelo ao passado e à memória? O historiador francês Pierre Nora tem produzido interessantes reflexões acerca do papel da memória e das comemorações nas sociedades contemporâneas. A idéia básica é que essas sociedades, preocupadas com a perda do sentido do passado e com o aprofundamento da capacidade de esquecer, têm procurado recuperar o passado estabelecendo caminhos para uma redefinição de identidades. E um elemento importante nesse processo são as comemorações, cerimônias destinadas a trazer de volta a lembrança, espaço propício para se consolidar uma ligação entre os homens fundada sobre a memória.

Voltando às empresas, podemos perceber como, em momentos de redefinição de identidade, as comemorações de aniversários ganham importância e como a história oral pode se constituir num instrumento útil para valorizar e divulgar imagens.

Que questões esta modalidade de prática da história oral nos coloca? Quais são suas vantagens, seus riscos e dilemas? As respostas para estas questões não são simples e devem ser discutidas com cuidado e atenção. Poderíamos começar apontando algumas vantagens. Em países com recursos escassos destinados à cultura, com um pequeno número de agências financiadoras, como o Brasil - onde hoje se assiste, além do mais, a uma redução do papel do Estado como agente financiador -, a entrada em cena de empresas privadas interessadas em patrocinar o resgate da memória de uma atividade ou setor econômico pode parecer animadora. Certamente, também, é dos recursos provenientes da empresa privada que se poderão esperar inovações tecnológicas - vídeos, CD-ROMs etc. - que enriquecerão a dimensão técnica da prática da história oral. Por outro lado, do ponto de vista de uma instituição de perfil acadêmico, a venda de projetos de história oral pode significar a possibilidade de transferência de recursos para outros projetos de características propriamente acadêmicas ou sociais que não encontrariam financiamento de outra maneira, ou para a produção e preservação de acervos de depoimentos que poderão ser utilizados para outras pesquisas. Por exemplo, um projeto de história oral encomendado por uma empresa de seguro de saúde para come-

morar seu aniversário pode possibilitar a constituição de um acervo sobre o setor que será de utilidade para pesquisadores futuros que desejarem fazer um estudo crítico e analítico sobre o tema.

E quanto aos riscos desta prática? Quais são eles? Primeiramente, a empresa que contrata serviços está preocupada em criar ou mudar uma imagem já existente, isto é, ela tem um projeto bem definido. Em geral ela toma a iniciativa de recuperar sua memória em conjunturas de mudanças importantes, de política interna ou de política econômica do país, quando sua imagem está sendo alvo de crítica. Isto reduz a autonomia dos pesquisadores que executam o projeto e coloca os resultados finais da pesquisa sob o controle da empresa contratante. Inúmeras vezes o pesquisador se vê envolvido na produção de uma imagem positiva de uma empresa que contraria os interesses mais gerais da sociedade, o que, do meu ponto de vista, coloca um problema ético relevante.

Qual é o compromisso do pesquisador de história oral? Atender ao cliente que pagou pelos serviços que contratou, ou manter seus princípios éticos de trabalhar por uma maior democratização da sociedade? Este dilema, que se coloca para todos os que praticam a história oral através da venda de projetos, pode ter saídas diferentes. Evidentemente, ninguém é obrigado fazer projeto algum. Aceito o projeto, instituições culturais ou educacionais com tradição acadêmica têm força suficiente para definir regras ou procedimentos no momento de elaboração do contrato e estabelecer limites de interferência do contratante. Empresas ou entidades privadas sem tradição nos meios culturais e também sem outras fontes de recursos ficam muito mais vulneráveis a pressões. Como suas atividades também não estão comprometidas com projetos de pesquisa, elas não dispõem da possibilidade de num segundo momento produzir análises críticas sobre o material que foi coletado, pois logo em seguida estarão engajadas em novos projetos de mesma natureza.

Por todos essas razões, considero que a prática da história oral como instrumento de *marketing* é no mínimo polêmica, e se ela não pode ser simplesmente descartada, deve ser vista com muito cuidado.

III. CONCLUSÕES

Por tudo o que foi dito, é possível perceber a grande diversidade da história oral no Brasil, tanto no que diz respeito àqueles que a praticam como às concepções que a embasam, o que evidentemente gera divergências e debates. Ainda assim a vitalidade deste campo é inquestionável, assim como é inquestionável a importância da Associação Brasileira de História Oral, estimulando uma discussão inter-

disciplinar entre historiadores, antropólogos, sociólogos, líderes comunitários, educadores, psicólogos, ora organizando seminários, ora promovendo cursos, preparando publicações, divulgando uma vasta bibliografia estrangeira e brasileira.

Caberia perguntar aqui qual o sentido de apresentar para um público tão diversificado o relato da experiência particular de um país e que não tem uma história nem tão longa nem tão importante na área da história oral. Tenho observado que uma atenção grande tem sido dada ao relato do desenvolvimento da história oral em diferentes países e regiões. Os números 13 e 14 da revista *Historia y Fuente Oral* publicaram trabalhos de Mercedes Vilanova, Philippe Joutard, Dora Schwarzstein e David K. Dunaway, entre outros, nesta linha. Igualmente, Philippe Joutard, no *18th International Congress of Historical Sciences* realizado no Canadá, apresentou um balanço da evolução da história oral nos últimos 25 anos. Alistair Thomson, Michael Frisch e Paula Hamilton são autores com preocupações semelhantes. Qual o interesse de tantos balanços?

No meu entender, eles abrem a possibilidade de se conhecer as experiências dos diferentes países e garantem o espaço para a diversidade. Assim como a história oral reconhece que as trajetórias dos indivíduos ou grupos merecem ser ouvidas, também as especificidades de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARTIER, Roger. "Le regard de l'historien moderniste". In: *Écrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Éditions, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- _____. (org.). *História oral e interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1995.
- JOUTARD, Philippe. "L'histoire orale: bilan d'un quart de siècle de réflexion méthodologique et de travaux". *18th International Congress of Historical Sciences*. Montréal, 1995, p. 205-28.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo, Xamã/USP, 1996.

NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*. 7 vol. Paris, Gallimard, 1984-1993.

THOMSON, Alistair; Frisch, Michael; Hamilton, Paula. "The Memory and History Debates: Some International Perspectives", *Journal of Oral History Society*, vol. 22, n° 2, 1995, p. 33-43.

Historia y Fuente Oral, nº 13: *Al margen*. Barcelona, 1995.

Historia y Fuente Oral, nº 14: *Por una historia sin adjetivos*. Barcelona, 1995.